



PODER

Chanceler e missão de senadores atuam em frentes distintas, a fim de construir a ponte para que os presidentes conversem. Entre os parlamentares e os integrantes do governo, há o pessimismo de que o tarifaço contra o Brasil passe a vigorar sexta-feira

Esforço para abrir o diálogo Lula-Trump

» ISRAEL MEDEIROS
» WAL LIMA
» FABIO GRECCHI
» FERNANDA STRICKLAND

Atres dias do início do tarifaço imposto pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros, representantes do governo e do Congresso intensificaram os esforços, em diferentes frentes, para viabilizar alguma negociação e evitar que a medida seja colocada em prática na sexta-feira. Parte desse esforço é para costurar uma conversa entre Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump. As tratativas estão sendo feitas pela missão de senadores que está em Washington e por um grupo de empresários com acesso à Casa Branca. Na outra ponta, o ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, que está em Nova York, também estaria fazendo gestões para construir uma ponte entre os presidentes.

“Está na mesa, isso já foi proposto. O líder do governo, que está aqui (Jaques Wagner, PT-BA, que integra a comitiva de senadores aos EUA), já se propôs (a ajudar) que a Câmara (de Comércio) possa intermediar, também, um encontro entre os dois presidentes o mais rápido possível. (Pode ser) um telefonema. Mas, de preferência, uma conversa direta entre os dois presidentes o mais rapidamente possível”, disse o senador Carlos Viana (Podemos-MG), depois de uma reunião na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, ontem.

Para levar o governo norte-americano a negociar com o Brasil, os empresários e os parlamentares também combinaram uma carta direcionada à Casa Branca pedindo o adiamento do início do tarifaço. Ontem, Trump anunciou que as tarifas com a maior parte dos países ficaria no intervalo de 15% a 20% e que não haverá adiamento sobre a data em que passarão a vigorar. Ele não citou o Brasil, cuja alíquota é a maior de todas.

Com base nas conversas que o grupo de senadores teve com representantes da diplomacia brasileira — estiveram com a embaixadora Maria Luiza Viotti pela manhã — e com os empresários, o principal desafio nas negociações não é somente a simpatia de Trump por Jair Bolsonaro — embora o presidente dos EUA tenha iniciado a carta em que anunciou as tarifas ao Brasil com o que ele considerou uma “perseguição” ao ex-presidente — ou o suposto deficit comercial com o Brasil. O temor é a perda de espaço para os países do Brics, especialmente a China.

Foi Viana quem chamou a atenção para a questão do bloco ser um grande incômodo para Washington. “O Brasil tomou uma posição do Brics com que, hoje, os Estados Unidos não concordam, que não é só um grupo econômico. O Brasil está trabalhando uma geopolítica militar com a China e os americanos não querem esse acordo. Os norte-americanos entendem isso como uma ameaça à geopolítica militar no mundo. Então, o Brasil precisa trazer à mesa esses assuntos, que são nossos interesses de soberania, mas que envolvem outras nações”, advertiu.

Viana expôs o quanto o bloco fundado por Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul — e que agrega, hoje, outros países, como Arábia Saudita, Irã, Egito e Indonésia, por exemplo — é enxergado com lupa pelo governo Trump.

Divulgação/Assessoria do senador Nelsinho Trad



Segundo Trad, missão da comitiva é distensionar a relação entre o Brasil e os EUA e facilitar um cenário no qual os países possam negociar as sanções

Christopher Furlong/AFP



Trump reafirmou que não haverá adiamento da data em que passam a valer as tarifas que os EUA imporão

“Enquanto o Brics foi apenas um grupo comercial, que tratava apenas de importações e exportações, os Estados Unidos nunca se manifestaram. Mas, a partir do momento que o Brics quer criar uma nova geopolítica na área militar, na área de satélites e comunicação — o que é justo —, os americanos entendem que isso gera uma insegurança para a política deles. E eles querem colocar isso à mesa, também, para que o governo brasileiro possa explicar e, naturalmente, chegar a um novo acordo. Esse é o principal problema que temos hoje — a ameaça — com relação ao tarifaço”, frisou o senador mineiro.

Vale lembrar que a carta de Trump anunciando a tarifa de 50% foi divulgada poucos dias depois da cúpula do Brics, no Rio de Janeiro, quando os integrantes do bloco debateram, entre outros assuntos, a substituição do dólar norte-americano por moedas locais em transações comerciais.

Adiamento é difícil

Para Nelsinho Trad (PSD-MS), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado e que

chefia a missão a Washington, será difícil que o governo norte-americano considere adiar o início do tarifaço. Mas disse que os parlamentares farão o possível para reverter a situação. “A gente sabe que isso é difícil. É algo que já teve precedência nesse sentido em relação a outros países. Mas o ‘não’ nós já temos. Vamos correr atrás do ‘sim’”, pontuou.

Trad disse, ainda, que o momento não é de considerar retaliações aos EUA e afirmou que a conversa com empresários norte-americanos, na Câmara de Comércio, dará subsídios ao grupo para debater com os parlamentares democratas e republicanos, nos encontros que serão mantidos hoje, no Capitólio. “Mostramos para eles que é uma situação ruim para o Brasil, porém muito ruim para os Estados Unidos também”, afirmou. Sobre as reuniões com os congressistas norte-americanos, até a noite de ontem, seis conversas estavam confirmadas, segundo o Senado.

No cenário interno, entre o empenhado brasileiro começa a se formar um consenso de que o vice-presidente Geraldo Alckmin

poderia fazer uma visita de Estado aos EUA, caso os esforços que estão sendo feitos por ora não cheguem ao ponto de facilitar um cenário favorável à conversa de Lula com Trump. Ele lideraria uma comitiva, que poderia incluir o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e se dirigiria diretamente à Casa Branca.

A probabilidade é de que isso aconteceria depois da entrada em vigor do tarifaço, uma vez que o Brasil tem de receber alguma sinalização dos EUA de que o grupo seria recebido, pelo menos, por figuras de proa do governo de Washington — como o vice-presidente J.D. Vance ou o secretário de Estado, Marco Rubio. O chanceler Mauro Vieira estaria trabalhando também com esta possibilidade.

Alckmin, por sua vez, tem mantido contatos com o empresariado, daqui e de lá, e encaminhando demandas aos norte-americanos. “Todo o empenho, nesta semana, é para a gente buscar resolver o problema. Estamos permanentemente em diálogo. Estamos dialogando neste momento pelos canais institucionais e pela reserva. Esse diálogo ele começou em

março. Boa conversa e, em decorrência dela, se instaurou um grupo de trabalho. Em maio, nos foi solicitada uma carta e nós a remetemos, mas não tivemos uma resposta. Estamos conversando, estamos dialogando”, explicou.

Mesmo assim, Alckmin avaliou como “importante” a consolidação de um plano de contingência. “Está sendo elaborado, é bastante completo e bem feito”, acrescentou.

Enquanto as pontes não são construídas e as negociações, desativadas, o governo trabalha sob a certeza de que o tarifaço entra mesmo em vigor na sexta-feira. A equipe econômica finaliza a elaboração de um conjunto de medidas para evitar um impacto violento e deve dividi-las por setores. Uma das áreas de exportação que será protegida, neste primeiro momento, é a de produtos perecíveis, o que inclui de carne para processamento, pescados e frutas in natura — como manga, uva e açaí.

Mas as sugestões que serão levadas a Lula pelo Ministério da Fazenda obedecerão a balizas rigorosas, pois a preocupação é a de que, uma vez adotadas, não haja brechas para que outros setores da economia peguem carona e queiram os mesmos benefícios. O perfil dessas medidas será semelhante ao da ajuda emergencial ao Rio Grande do Sul por causa da devastação causada pelas enchentes, em 2024.

Ainda no plano interno, Lula pediu que o presidente americano, Donald Trump, “reflita sobre a importância do Brasil” e opte pelo diálogo em vez de decisões unilaterais. A cobrança foi feita na cerimônia de inauguração de uma nova usina de gás natural, no estado do Rio de Janeiro.

O presidente criticou o tarifaço ao lembrar que fere as boas práticas do comércio internacional e representa um revés nas relações bilaterais entre Brasil e EUA. “Espero que o presidente dos EUA reflita sobre a importância do Brasil e resolva fazer aquilo que no mundo civilizado a gente faz. Tem divergência? Senta numa mesa, coloca a divergência do lado e vamos tentar resolver. E não de forma abrupta, individual, tomar a decisão de que vai multar, taxar o Brasil em 50%”, disse.



Espero que o presidente dos EUA reflita sobre a importância do Brasil e resolva fazer aquilo que no mundo civilizado a gente faz. Tem divergência? Senta numa mesa, coloca a divergência do lado e vamos tentar resolver”

Presidente Lula



O ‘não’ nós já temos. Vamos correr atrás do ‘sim’. Mostramos para eles (os empresários norte-americanos) que é uma situação muito ruim para nós e para os Estados Unidos também”

Senador Nelson Trad (MDB-MS), que chefia a missão parlamentar em Washington



O Brasil tomou uma posição do Brics com que os EUA não concordam. Está trabalhando uma geopolítica militar com a China e os americanos entendem como uma ameaça”

Senador Carlos Viana (Podemos-MG), que integra a missão parlamentar



Todo o empenho é para resolver o problema. Estamos dialogando pelos canais institucionais. Esse diálogo começou em março. Em maio, nos foi solicitada uma carta, mas não tivemos resposta”

Vice-presidente Geraldo Alckmin